

IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO

Beatriz Gama Rodrigues

.....
86

Resumo

Neste capítulo, apresentamos algumas considerações teóricas sobre internacionalização do ensino superior no Brasil, proficiência em línguas estrangeiras dos estudantes e professores de universidades brasileiras, uso de outras línguas no contexto acadêmico e discutimos ações que poderiam ser tomadas para auxiliar no aumento da proficiência linguística de estudantes, professores e técnicos-administrativos com o objetivo de expandir a internacionalização das universidades. Também refletimos sobre hegemonia linguística e questões que poderiam ser consideradas negativas no processo de internacionalização. Esperamos que este texto contribua para mais debates e pesquisas na área, com o objetivo que nas instituições de ensino superior construamos juntos o processo de internacionalização, a fim de que todos os envolvidos possam participar, que as políticas linguísticas e de internacionalização das universidades sejam elaboradas em conjunto, com o envolvimento de professores, estudantes e técnicos, buscando auxiliar não somente na expansão das fronteiras institucionais, mas também na formação de cidadãos, profissionais e pesquisadores cômicos e capazes de conviver respeitosaente com as diferenças, trabalhando em prol da sustentabilidade, em uma cultura de paz mundial. Apresentamos, com este objetivo, alguns construtos teóricos sobre internacionalização solidária, sul-sul, em que nossas universidades não sejam vistas como meras receptoras, mas sim como coprodutoras de conhecimento.

Palavras-chave: políticas de internacionalização; hegemonia linguística; internacionalização solidária

Abstract

In this chapter, we present some theoretical considerations about the internationalization of higher education in Brazil, proficiency in foreign languages of students and professors of Brazilian universities, the use of other languages in the academic context, and we discuss actions that could be taken to help increase students', professors' and staff's linguistic proficiency, with the aim of expanding the internationalization of universities. We also reflect on linguistic hegemony and issues that could be considered negative in the internationalization process. We hope that this text will contribute to more debates and research in the area, with the objective that in higher education institutions we will jointly build the internationalization process, so that everyone involved can participate, that the language and internationalization policies of the universities are elaborated with the involvement of professors, students and technicians, seeking to help not only in the expansion of institutional boundaries, but also in the education of conscious citizens, professionals and researchers capable of living respectfully with differences, working towards sustainability, in a culture of world peace. For this purpose, we present some theoretical constructs on the solidary internationalization, South-South, in which our universities are not seen as mere recipients, but as co-producers of knowledge.

Keywords: internationalization policies; linguistic hegemony; solidary internationalization

1 Internacionalização do Ensino Superior

De acordo com De Wit e Knight (1997), a internacionalização do ensino superior é um processo ou um meio para integrar dimensões internacionais, interculturais e pacíficas em uma universidade, e, concomitantemente, a internacionalização também é uma resposta à globalização (segundo os autores, a internacionalização é um processo que pode coincidir com mas é distinto da globalização). Em nossas universidades, devemos estar atentos para o modo como a internacionalização é efetivada, a fim de que seja

desenvolvida para complementar, harmonizar e estender a dimensão local (cf. Knight) e não para aniquilá-la. Para que isso ocorra, é necessário que o processo de internacionalização seja planejado pela comunidade acadêmica (estudantes, professores e técnicos), que proporcione o recebimento e o envio de intercambistas e que contribua para o desenvolvimento local, regional, nacional e internacional.

É importante que cada instituição de ensino superior considere sua própria realidade e suas necessidades para elaborar seu projeto de internacionalização. Esse processo precisa ser o mais democrático possível para dar acesso ao maior número de participantes que seja factível. Há que se buscar recursos tecnológicos para que sejam planejados eventos, cursos e intercâmbios a distância que possam proporcionar oportunidades de aprendizagem e interculturalidade para os interessados que não tenham condições financeiras ou pessoais de viajar para outros países, por exemplo.

De acordo com Vavrus e Pekol (2015, p. 7), “indivíduos e instituições do Hemisfério Sul experimentam a internacionalização diferentemente (do Norte) e, às vezes, somente marginalmente”. Em geral, as universidades do hemisfério sul são consideradas mais como receptoras do que como produtoras de conhecimento internacional em várias áreas. Há algumas razões para isso, tais como falta de recursos financeiros para pesquisas e o fato de que as produções científicas brasileiras ainda serem publicadas majoritariamente em português e por isso não alcançarem um público maior. Outra questão que demonstra o desequilíbrio da internacionalização é que em geral o número de estudantes intercambistas que recebemos em nossas universidades e os que enviamos para outras instituições é muito desigual. A maior parte das nossas universidades não recebe estudantes que não saibam português ou pelo menos espanhol, porque oferecemos poucas disciplinas e cursos em língua inglesa ou outras línguas.

Além disso, há universidades, principalmente no hemisfério norte, que cobram de estudantes estrangeiros altas taxas, já que veem a internacionalização como uma forma de aumento dos recursos financeiros. Isso faz com que grande parte dos estudantes brasileiros não possa frequentar

essas instituições, já que não têm como custear altas taxas para poderem estudar e não termos, atualmente, programas abrangentes de bolsas de estudo internacionais para nossos estudantes.

Azevedo (2009, p. 186, apud CHAVES; CASTRO, 2016, p. 122) apresenta a seguinte formulação sobre o significado da internacionalização acadêmica:

.....
89

Não se trata de um simples mecanismo de permeabilização de fronteiras, mas, sim, um complexo processo de integração a um campo social de produção científica mundializado, em que diferentes atores sociais travam relações com vistas a intercambiar, a cooperar e a compartilhar solidariamente (ou, opostamente, a competir) em suas áreas de atuação e em seus espaços de influência.

Concordo com Azevedo (2009, p. 201) que é possível a institucionalização de uma “internacionalização solidária” entre os países com respeito ao conhecimento local e à aceitação do “desenvolvimento sustentável” desde que as universidades “conquistem a autonomia, tenham qualidade, sejam inclusivas, solidárias e pertinentes socialmente”.

Consideramos, então, que a internacionalização do ensino superior não deveria ser vista como um fim em si mesmo, mas sim como um meio para se alcançar um objetivo maior. Como exemplo disso, nossas universidades deveriam ter como meta ajudar a formar profissionais e pesquisadores que sejam cidadãos mais cômicos e capazes de viver e trabalhar respeitando as diferenças, de maneira sustentável, interessados em aprender sempre, não somente sobre sua profissão e país, mas sobre outras culturas, línguas e países. Cursos e programas que tenham esse foco teriam, desta forma, a internacionalização realmente como um dos seus eixos.

2 Proficiência dos estudantes, professores e técnicos-administrativos das universidades brasileiras

Várias publicações afirmam que a proficiência em língua inglesa dos brasileiros é baixa. O brasileiro tem proficiência baixa em inglês, tendo

ficado na 38ª posição entre 63 países em 2014. Em 2017, o país foi avaliado na 41ª posição (entre 80 países) no mesmo relatório internacional (EF English Proficiency Index)²³. Apesar de ser necessário observar que esse relatório é elaborado por uma escola de idiomas internacional que tem, como objetivo principal, convencer as pessoas a fazer cursos de línguas, há outros indícios que nos revelam que essa baixa proficiência em outras línguas não é irreal.

90

Segundo um relatório do Conselho Britânico de 2014²⁴, 10,3% dos jovens brasileiros de 18-24 anos afirmam falar inglês; sendo que esses números baixam proporcionalmente ao aumento da faixa etária: 25-34 anos: 5,2%; e 35-50 anos: 3,5%. Quanto maior a renda, maior também seria a proficiência, conforme esse relatório: 9,9% na classe alta e 3,4% na classe média.

Considerando essa situação de necessidade de desenvolvimento de línguas estrangeiras, o Ministério da Educação criou em 2013 o Programa Inglês sem Fronteiras (IsF) (posteriormente renomeado como Idiomas sem Fronteiras). Por meio desse programa, inicialmente, universidades federais puderam participar por meio de um Edital para oferecerem maiores oportunidades de desenvolvimento linguístico e de formação de professores de línguas. Conforme relatórios disponíveis no site do Programa²⁵, entre 2013 e 2016, 342.158 testes de proficiência de língua inglesa (TOEFL ITP) foram realizados. O Programa IsF oferece cursos de línguas (inglês, francês, espanhol, italiano, alemão, japonês e português como língua estrangeira) e a aplicação de provas de proficiência. De acordo com os relatórios disponíveis no mesmo site citado acima, os alunos de língua inglesa dos cursos do Programa IsF têm um nível de proficiência mais alto que os níveis apresentados nos relatórios mencionados na imprensa: 44,5% têm nível A2; 30,7%, B1; e 20,9%, B2. Esses dados revelam que ações como as promovidas pelo Programa IsF poderiam ser desenvolvidas nas universidades brasileiras a fim de auxiliar no processo

23. Disponível em: <<https://www.ef.com.br/epi/>>.

24. Disponível em: <https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/demandas_de_aprendizagem_pesquisa_completa.pdf>.

25. Disponível em: <<http://isf.mec.gov.br/pesquisas-e-relatorios>>.

de desenvolvimento linguístico e proficiência dos estudantes, professores e técnicos-administrativos.

O domínio de idiomas é muito importante para o processo de internacionalização das instituições de ensino superior. A língua, seja vista como discurso, construção social, sistema semiótico ou um produto comercial, tem um papel fundamental no processo de internacionalizar e globalizar a educação (CLARK; HAQUE; LAMOUREUX, 2012). Como afirma Fairclough (2006, p. 3), “é parcialmente a língua que está globalizando e é globalizada”. Apesar de haver críticas quanto à hegemonia de algumas línguas, principalmente a língua inglesa, na academia, sabemos que não é possível desenvolver a internacionalização se persistimos em uma cultura exclusivamente monolíngue. Segundo Finardi, Santos e Guimarães (2016, p. 242),

Apesar de o Brasil ser o país com a 13^ª. maior produção acadêmica no mundo, essa produção raramente tem impacto internacional já que é produzida em português e circula principalmente internamente e em países que falam português. Uma consequência disso, consideradas as ressalvas e o contexto do hemisfério sul apontadas por Hamel (2013) e Vavrus e Pekol (2015), é que nossa produção acadêmica, apesar de robusta, não é computada e circulada internacionalmente.

Assim, é muito importante que cada universidade avalie a proficiência linguística dos seus professores, estudantes e técnicos e, a partir desses dados, elabore, junto com a comunidade acadêmica um projeto de desenvolvimento linguístico a fim de atender os objetivos e promover a internacionalização dessa instituição.

3 Proposta de uma internacionalização horizontal e solidária

Nossas universidades brasileiras, em virtude da proximidade geográfica, por questões históricas e até mesmo por uma maior facilidade de comunicação e interculturalidade, têm que considerar os imensos benefícios que poderiam ser conquistados pelas nossas instituições por meio de parcerias acadêmicas com universidades dos países vizinhos e também de outros

países em desenvolvimento, tais como os lusófonos da África. Esse tipo de parceria poderia ensejar o que é chamado de internacionalização solidária ou horizontal. Sabemos que há países da América Latina e da África que têm uma carência ainda maior de pesquisadores do que o Brasil. Já temos algumas ações promovidas por instituições governamentais, tais como Ministério da Educação e Cultura e o Ministério das Relações Exteriores, e outras organizações, como o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras e a Organização dos Estados Americanos para tentar auxiliá-los a desenvolver-se academicamente. Podemos citar como exemplos desse tipo de ações, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)²⁶ que “oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais”. De acordo com informações no site do Programa, em 2017, foram selecionados 486 estudantes que saíram de seus países para cursar a graduação em instituições de ensino superior brasileiras. Esses estudantes terão a oportunidade de conquistar seus objetivos e, posteriormente, voltar a seus países com mais condições para contribuir para o desenvolvimento econômico e social de suas comunidades, mas também promoverão durante os anos em que estudarão nas nossas instituições o que chamamos de “internacionalização em casa”, oferecendo aos estudantes, professores e técnicos-administrativos a oportunidade de aprender sobre diferentes culturas, formas de aprendizagem, pesquisas com outras instituições e outros tipos de experiências.

Conforme Dias Sobrinho (2005, p. 214): “Se a América Latina entender que é muito importante reforçar os seus sistemas de educação superior como bloco internacionalmente mais competitivo, precisa estabelecer alianças estratégicas entre seus governos e instituições”.

Essa internacionalização do ensino superior sul-sul, com a criação de um espaço educacional comum, que visa efetivar a coordenação de políticas para realizar o processo de integração, estimulando “a mobilidade, o intercâmbio e a formação de uma identidade e uma cidadania regional, com o

26. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pec-g>>.

objetivo de alcançar uma educação de qualidade para todos” está estabelecida na proposta do MERCOSUL (2015, p. 1).

Santos e Nunes (2003) apontam algumas estratégias para uma internacionalização mais solidária. Sua primeira tese é que diferentes coletivos têm concepções distintas de ver o mundo e a realidade, cujos padrões não são necessariamente aqueles propostos pelo mundo ocidental eurocêntrico. A segunda tese é que diferentes formas de opressão ou de dominação geram formas de resistência, com a possibilidade de uma outra “globalização contra-hegemônica, que leve em conta o direito à diferença” (ibidem, p. 10) . A terceira tese afirma que “a incompletude das culturas e das concepções da dignidade humana, do direito e da justiça exige o desenvolvimento de formas de diálogo” (ibidem, p. 38). Esse imperativo do diálogo é estratégico para gerar multiculturalismos emancipatórios, ao considerar as diferenças entre coletivos, na esteira da construção de multiculturalismos emancipatórios. Na quarta tese, debate-se igualdade e diferença, reconhecimento de sua cultura aliada à exigência de redistribuição. A quinta tese defende as alianças entre os protagonistas para o sucesso das disputas emancipatórias, capazes de lutar contra diferentes formas de opressão. Resumindo, os autores enfatizam a necessidade de buscarmos uma nova forma de sociabilidade entre países, ressaltando o diálogo intercultural, a pluralidade e a hermenêutica dialógica.

4 Considerações finais

A proposta de implementação de uma política linguística em uma instituição de ensino superior não pode ser feita sem que sejam considerados vários aspectos, tais como questões de poder, interesses econômicos, sociais e culturais, possíveis parcerias e necessidades de todos os envolvidos no processo de internacionalização da educação. Nossas universidades, professores, estudantes e técnicos-administrativos não devem ser meros consumidores de modelos de ensino-aprendizagem feitos em outros países e considerados os “melhores” para nós, que somos “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”. Por outro lado, é claro que sabemos que precisamos auxiliar todos os interessados no desenvolvimento de proficiência em outras línguas,

pois esse é um aspecto primordial para que os objetivos de internacionalização, tanto individuais quanto institucionais, sejam alcançados. Desta forma, cada universidade deve se reunir e planejar sua política linguística pensando nessas questões e levando em conta o que deseja e o que deve fazer para atingir seus objetivos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. L. N. Integração regional e educação superior: regulações e crises no Mercosul. In: FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. A. (Org.). Crise da escola e políticas educativas. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. v. 1, p. 183-204.

CHAVES, V. L. J.; CASTRO, A. M. D. A. Internacionalização da educação superior no Brasil: programas de indução à mobilidade estudantil. Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, v. 2, n. 1, p. 118-137, jan./abr. 2016.

CLARK, J. B.; HAQUE, E.; LAMOUREUX, S. A. The role of language in processes of internationalization: considering linguistic heterogeneity and voices from within and out in two diverse contexts in Ontario. Canadian and International Education / Education Canadienne et Internationale, v. 41, n. 3, article 5, 2012. Disponível em: <<http://ir.lib.uwo.ca/cie-eci/vol41/iss3/5>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

DE WIT, H.; KNIGHT, J. Internationalization of higher education in Asia Pacific countries. Amsterdam: EAIE, 1997.

DIAS SOBRINHO, J. Dilemas da educação superior no mundo globalizado. São Paulo: Casa do Psicólogo ALL Books, 2005. v. 1.

FAIRCLOUGH, N. Language and Globalization. London: Routledge, 2006.

FINARDI, K.; SANTOS, J.; GUIMARÃES, F. A relação entre línguas estrangeiras e o processo de internacionalização: evidências na Coordenação de Letramento Internacional de uma universidade federal. Interfaces Brasil/Canadá, Canoas, v. 16, n. 1, p. 233-255, 2016.

HAMEL, R. E. L'anglais, langue unique pour les sciences? Le rôle des modèles plurilingues dans la recherche, la communication scientifique et l'enseignement supérieur. Synergies Europe, n. 8, p. 53-66, 2013.

MERCOSUL. Setor Educacional. 2015. Disponível em: <<http://edu.mercosur.int/pt-BR/mercosul-educacional/o-que-e.html>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

SANTOS, B. S.; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, B. S. (Org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 61-65.

VAVRUS, F.; PEKOL, A. Critical internationalization: moving from theory to practice. FIRE: Forum for International Research in Education, v. 2, n. 2, p. 5-21, 2015. Disponível em: <<https://preserve.lehigh.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1036&context=fire>>. Acesso em: 20 jan. 2018.